

30 DE JUNHO
VAMOS PARAR
O BRASIL
DE NOVO

Junho de 2017



QUEREM ACABAR COM A APOSENTADORIA E OS DIREITOS TRABALHISTAS!

As Centrais Sindicais do Brasil convocam a classe trabalhadora a paralisarem novamente suas atividades, através de greves, protestos, atos e manifestações, nesta sexta-feira, 30 de junho, contra as propostas de reformas da Previdência e Trabalhista e contra a terceirização sem limites do governo Temer. A greve geral de 28 de abril e o Ocupa Brasília em 24 de maio mostraram a importância da unidade e da mobilização dos trabalhadores e das trabalhadoras. Vamos parar outra vez para barrar as reformas e defender a aposentadoria e a CLT.

Contra a Reforma da Previdência | Contra a Reforma Trabalhista
Contra a Terceirização sem limites | Por nenhum direito a menos



GREVE GERAL PARA BARRAR AS REFORMAS

O governo quer que a gente trabalhe até morrer, sem se aposentar

O governo diz que a Previdência é deficitária, mas é mentira! Ele manipula os cálculos! Só em 2015 a Seguridade Social teve um superávit de, acredite, 11,2 bilhões de reais.

Aumenta idade mínima - Com a reforma da Previdência, homens só poderão se aposentar quando tiverem 65 anos de idade e as mulheres, com 62 anos. Hoje, há casos em que é possível a mulher se aposentar aos 55 e homens aos 60.

Mais tempo de contribuição - Para um trabalhador ou trabalhadora se aposentar terá de comprovar pelo menos 25 anos de contribuição. Hoje, a exigência é de 15 anos.

40 anos para benefício integral - O que é pior é que só terá direito ao benefício integral quem comprovar que também

contribuiu 40 anos à Previdência, de forma ininterrupta.

Trabalhadoras rurais e agricultura familiar – a reforma aumenta a idade mínima de 55 anos para 57 anos para as mulheres do campo, apesar do trabalho de sol a sol e da dupla jornada. Os homens continuarão se aposentando com 60 anos.

Mudança na aposentadoria dos professores – A reforma acaba com a aposentadoria especial dos professores da educação básica. A idade mínima será de 60 anos, com 25 anos de contribuição.

Fim do acúmulo de pensões por mortes – a reforma estabelece a possibilidade de acumular aposentadoria e pensão, porém o limite será de até dois salários mínimos.

Reforma trabalhista acaba com direitos históricos

O governo Temer pretende acabar com direitos históricos da classe trabalhadora, que hoje são Lei, garantidos na CLT.

Negociado sobre o legislado – a reforma prevê os direitos previstos na CLT podem ser rebaixados em negociações individuais ou coletivas. Ora, a CLT é moderna, foi atualizada ao longo dos anos e nunca foi empecilho para gerar empregos e fazer o Brasil crescer.

Jornada de até 12 horas diárias – a reforma permite aumentar a jornada diária até 12 horas. Assim as empresas se livram do pagamento de horas extras e adicional noturno, reduzindo despesas de pessoal para aumentar os seus lucros.

Intervalo de meia hora para almoço – a reforma diminui de

uma hora para 30 minutos o intervalo para refeições, prejudicando a alimentação e a saúde dos trabalhadores.

Jornada intermitente – a reforma prevê que o trabalhador fique à disposição da empresa, mas só recebe as horas trabalhadas e nada mais. É a legalização do bico.

Gestantes em ambiente insalubre – a reforma atinge mulheres grávidas e lactantes, pois permite que elas trabalhem em local insalubre.

Enfraquece sindicatos e Justiça do Trabalho – a reforma ainda prejudica a organização sindical. Também limita a atuação da Justiça do Trabalho e, se o trabalhador perder o processo, terá que pagar os custos. Assim, o empregado ficará desprotegido na defesa dos seus direitos.

Terceirização precariza o trabalho e reduz salário e direitos

A lei 13.429, sancionada pelo presidente Temer em 31 de março, impõe total superexploração à classe trabalhadora brasileira com a legalização da terceirização nas atividades fim. É o “liberou geral” da precarização!

Não haverá geração de emprego. O que vai ocorrer, de fato, é uma onda de demissões de trabalhadores contratados pelas empresas para posterior contratação terceirizada.

Na prática, significa trabalho com salários mais baixos, maior jornada, menos direitos trabalhistas e péssimas

condições de trabalho e resultará também em maior número de acidentes, doenças (estresse, depressão, lesões por esforço repetitivo, entre outras) e mais mortes por acidente de trabalho.

Trabalho temporário – O trabalho fica ainda mais desregulamentado. O contrato de trabalho temporário passa a ter vigência de 6 meses e pode ser prorrogado por 3 meses.

Vamos defender a CLT e a sua aposentadoria!

